



5160680



00135.227007/2025-16



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 337ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
(CONANDA)**

Datas: 11 e 12/06/2025

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias onze e doze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no SAUS Quadra 5 Edifício MultiBrasil, Auditório Térreo, Asa Sul – Brasília/DF, foi realizada a Trecentésima Trigésima Sétima Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: **Dia 11/06/2025:** Adriano de Britos (ACM); Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo (MDS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Christiane Azevedo Barros (Ministério do Trabalho e Emprego); Débora Cristina dos Reis Costa (União Marista de Brasil); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Denise Leite Ocampos (Ministério da Saúde); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elizabete Terezinha Silva Rosa (CFESS); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Francimara Carneiro Araújo (ANCED); Jefferson Cruz Acácio (Ministério da Igualdade Racial); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Mayara Silva de Souza (SNDCA); Nayara Karin Falcão de Oliveira (Ministério do Esporte); Nara Denilse de Araújo (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Ricardo Washington Moraes de Melo (CFOAB); Sandra Fabrícia Cândida Teodoro (AMSK/Brasil); Sônia Isoyama Venâncio (Ministério da Saúde); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Allyson Diôgo Candido Lima (CPA/CE); Érika Emanuely Rodrigues (CPA/PB); Isaque Silva Coelho Filho (CPA/MT); Nancy Torres (FLACSO); Maria Izabel da Silva (FLACSO); Valen Hamilton (Universidade Indiana); Ricardo Melo (FNDCA/OAB); Fernando Rodrigues (CONDEGE); Thaisi Bauer (Coalizão pela Socioeducação); Sara Figueiredo (FLACSO). **Dia 12/06/2025:** Adriano de Britos (ACM); Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo (MDS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Pasin (FEBRAEDA); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Christiane Azevedo Barros (Ministério do Trabalho e Emprego); Débora Cristina dos

Reis Costa (União Marista de Brasil); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elizabete Terezinha Silva Rosa (CFESS); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Francimara Carneiro Araújo (ANCED); Jefferson Cruz Acácio (Ministério da Igualdade Racial); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (SNDCA); Marina de Pol Poniwas (CFP); Mayara Silva de Souza (SNDCA); Nayara Karin Falcão de Oliveira (Ministério do Esporte); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Sandra Fabrícia Cândida Teodoro (AMSK/Brasil); Sônia Ioyama Venâncio (Ministério da Saúde); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Allyson Diôgo Candido Lima (CPA/CE); Érika Emanuely Rodrigues (CPA/PB); Isaque Silva Coelho Filho (CPA/MT); Nancy Torres (FLACSO); Sara Figueiredo (FLACSO); João Carlos Gonçalves (ONCB); Fernando R Rodrigues (CONDEGE); Thaisi Bauer (Coalizão pela Socioeducação).

Dia 11/06/2025 - Abertura da 337ª Assembleia Ordinária do Conanda A Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva iniciou a assembleia cumprimentando a todos os presentes. Seguidamente, foi solicitado um minuto de silêncio em memória do Senhor Ednaldo, que foi uma pessoa imprescindível para as pautas relacionadas a criança e adolescente, justiça e direitos do povo negro. Adiante, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira sugeriu que os conselheiros pudessem dispensar a audiodescrição, para que houvesse uma maior agilidade nos processos, devido a pauta extensa para a reunião. Posteriormente, foi realizada a chamada dos conselheiros para verificação do quórum. Em seguida, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva proferiu a leitura da pauta, que segue: *Dia 11/06/2025 - 9h às 09h15: Abertura da 337ª Assembleia do Conanda com Leitura da Ordem do dia. 09h15 às 09h30: Informes da Secretaria Executiva do Conanda. 09h30 às 10h: Relatoria do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA. 10 às 12h00: Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação - CMF. 12h às 14h: Intervalo para Almoço. 14h às 15h: Relato da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF. 15h às 16h: Grupo Temático de desinstitucionalização de crianças e adolescentes das comunidades terapêuticas e instituições congêneres. 16h às 16h30: Deliberação a respeito da compra das passagens e diárias para as assembleias dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro. 17h30 às 18h: Encaminhamentos finais. 18h: Encerramento. Dia 12/06/2025 - 09h00 às 09h15: Reabertura da 337ª Assembleia Ordinária do Conanda com Leitura da Ordem do dia. 09h15 às 10h30: Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP. 10h30 às 11h30: Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP. 11h30 às 14h: Intervalo para Almoço. 14h às 15h: Relatoria do Grupo Temático responsável pela elaboração das Diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 15h às 16h: Encaminhamentos finais. 16h: Encerramento da 337ª assembleia Ordinária. Ato contínuo, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva solicitou que fosse incluído na pauta, após a Relatoria do CPA, um relato do Conselheiro Clóvis Alberto Pereira.*

Após, passou-se ao item: Informes da Secretaria Executiva do Conanda. Com a palavra, a Senhora Verena Martins pontuou acerca das agendas externas dos conselheiros do Conanda, referente aos meses de abril, maio e junho. Inferiu sobre a aprovação da Resolução referente aos Ambientes Digitais que foi realizada em 2024, e à época foi definido que era importante o governo fazer uma portaria interministerial para que fosse criado o Comitê de Gestão dessas Políticas. Sendo assim, o Ministério está tramitando a minuta desta portaria e para que dê o andamento dentro dos órgãos, é importante que

cada instituição que faz parte da portaria possa dar anuência sobre a participação. Diante dos expostos, informou que foi encaminhado à Mesa Diretora, que solicitou ao Plenário do Conanda que realizasse a aprovação dessa anuência. Considerou também sobre a alteração na Representação do Ministério da Igualdade Racial. Em substituição à Conselheira Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia, o Titular da Pasta passa a ser o Conselheiro Jefferson Cruz Acácio. Finalizou pontuando sobre a homenagem que o Conanda recebeu do Ministério do Turismo em reconhecimento à trajetória de luta pela proteção de crianças e adolescentes e a incansável dedicação à prevenção da exploração sexual. Essa homenagem foi entregue no Segundo Encontro de Turismo responsável no Seminário Internacional sobre a Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo. Seguidamente, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva inferiu acerca da comemoração dos 35 anos do ECA. Foi preparada uma rápida proposta para a semana de 13 a 18 de julho, porém não houve consenso na reunião da Mesa Diretora, então a proposta foi retirada e será trabalhada novamente. Adiante, seguiu-se ao item: Relatoria do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA. Aberto às considerações, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva questionou se os Adolescentes tinham alguma ação relacionada ao tema das mudanças climáticas e reforçou que havia pensado se as escolas poderiam debater sobre alguma coisa de forma mais concreta. Em resposta, o Adolescente Allyson Diôgo Candido Lima considerou que trazer uma medida mais concreta para o debate não é uma responsabilidade do CPA, pois não é algo que será resolvido de forma fácil, então, poderia ser proposta a mitigação do problema, algo que pudesse contribuir de forma positiva para essa resolução. Em complementação, uma das partícipes inferiu que nos dias 13 e 14 de julho, os Adolescentes do CPA participarão de um Encontro Nacional em Brasília e depois trarão para o Conanda uma produção. Diante disso, sugeriu que nesse encontro eles possam levar a pauta para ser debatida e já pensando em estratégias e soluções viáveis para serem apresentadas posteriormente. Em seguida, a Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes parabenizou aos Adolescentes do CPA pela sensibilidade de ter pensado em uma temática tão importante e atual. Ato contínuo, o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos agradeceu a apresentação da relatoria e fez um destaque considerando que o tema é complexo e envolve diversos segmentos e que estão muito distantes da capacidade do Conanda de solução. Reforçou que a relatoria traz, nitidamente, alguns eixos definidos e eles serão o caminho e o fio condutor para a apresentação das propostas. Após, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim parabenizou, pois o CPA trouxe uma preocupação que é mundial e os Povos e Comunidades Tradicionais são diretamente afetados por essa temática. Pontuou que a justiça climática deveria ser um tópico a ser discutido há 50 anos atrás. Seguidamente, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves considerou importante destacar e refletir sobre as mudanças climáticas e olhar com carinho para tudo que está acontecendo na Amazônia, na destruição dos biomas, a poluição dos rios e interligando com um olhar para os povos das florestas. Adiante, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira fez um informe acerca do Encontro Mundial de Cegos, que ocorrerá entre os dias 1 e 5 de setembro de 2025, no Anhembi-SP. Reunirá cerca de 1.500 pessoas, vindas de 150 países. Também solicitou que o Conanda possa apoiar o evento e aprovar que pelo menos alguns adolescentes do CPA possam participar e falar um pouco sobre o importante trabalho e as pautas que eles desenvolvem dentro do Conselho. Finalizou ressaltando que a Organização Nacional de Cegos do Brasil, atuante na garantia e defesa de direitos de 6,5 milhões de pessoas cegas e com baixa visão, assim como foi

contrária ao PL 1584, não é a favor do PL 2661, e durante o evento será pautada essa temática para que o mundo saiba da grande ameaça que ele representa para o segmento de pessoas cegas, bem como de outras pessoas com deficiência. Posteriormente, seguiu-se ao item: Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação - CMF. Aberto às considerações, a Conselheira Marina de Pol Poniwas informou, acerca da celebração de 35 anos do ECA, que foi mantida a ideia do encontro de presidentes, e a única solicitação que foi entendida como fundamental, é a importância de manter um dia inteiro de Assembleia para as deliberações que, porventura, venham a ser necessárias. Em seguida, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva pontuou que a ideia persiste em fazer um evento pequeno da SNDCA com a Ministra e o evento sendo ampliado ao Conanda, que será convidado. Considerou que acredita ser algo mais legítimo para o Conanda, pois houve um incômodo real em ter sido apresentada uma programação toda esquematizada para que o conselho possa decidir e falar se gostaria ou não. Reforçou que durante a reunião da Mesa Diretora ficou evidente que deve ser realizada uma comemoração e que ela nasça e seja feita pela Sociedade Civil do Conanda. Ato contínuo, foi realizada a leitura do Cronograma para Comemoração dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Após, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim ponderou que é necessário convocar o Senhor Ivan, pois existe uma preocupação em relação ao Seminário para que fosse realizado em outubro, mas a propositura surgiu e ela é bastante convincente, mas não foi feito o TR, e está parado não sendo possível avançar. Sendo assim, foi proposto os seguintes encaminhamentos: 1. Item do seminário, que antecipou fazer o TR; 2. Pesquisa de Povos e Comunidades Tradicionais que é desde 2023 o PRODOC; 3. Formação de pós-graduação, mestrado e doutorado, que está na mão da Indica, junto com a UnB que também é um PRODOC. Seguidamente, a Conselheira Marina de Pol Poniwas ressaltou que é importante destacar que o apontamento da Mesa Diretora traz justamente, não uma divergência com o conteúdo, pois não foi posto em nenhum momento. Sugeriu, assim, que pudesse acrescentar algumas pautas, nomes e alterações. Pontuou, então, que a questão central trata, essencialmente, da construção de um processo democrático e de respeito com o Conanda, já que trazer uma proposta pronta há um mês da realização do evento é uma ruptura com o princípio do processo democrático e participativo do conselho. Sendo assim, finalizou se colocando à disposição para participar da mediação da situação apresentada. Em resposta, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva considerou que foi feita uma série de acusações que não procedem. Lembrou que estavam sendo contratados consultores para o Conanda quando as entrevistas estavam sendo realizadas e a Sociedade Civil fez uma reivindicação para participar do processo. Ponderou que está há seis meses no conselho e percebe que o tempo inteiro a Sociedade Civil acha que o Governo está armando contra as decisões feitas por ela. Sendo assim, sugeriu que seja feita a comemoração envolvendo o Gabinete da Ministra, o Ministério e o Governo; e o Conanda fica com a programação que foi apresentada e possa aproveitar da melhor forma, sendo realizadas duas comemorações separadamente. Ressaltou também que até poucos dias atrás não havia nenhuma proposta de comemoração do ECA. Finalizou considerando que o melhor, para respeitar os ritos do Conanda é que a CMF possa pensar em uma proposta. Adiante, a Conselheira Denise Leite Ocampos inferiu que foi errado ter apresentado uma proposta antes e não ter passado pela Plenária, mas questionou os conselheiros, pois será que não houve uma preocupação devido a data e não ter sido pensada nenhuma comemoração. Diante do exposto, sugeriu que possa ser criado um grupo menor,

envolvendo a Sociedade Civil e o Governo e discutida a organização do evento e que seja apresentado até o final da Assembleia do Conanda. Posteriormente, o Conselheiro Erasto Fortes Mendonça reforçou que participa de todas as reuniões e assembleias, representando o Ministério da Educação, então, não pode ser acusado de não estar presente nas tratativas do conselho. Finalizou considerando que o maior objetivo do Conanda é ser um Colegiado paritário e que possa buscar e reivindicar os direitos das Crianças e Adolescentes. Em seguida, o Conselheiro Adriano de Britos ponderou que talvez a situação não tenha sido pensada de má-fé, mas não houve envolvimento de todo o conselho, o que prejudicou o desenvolvimento dos trabalhos, já que ele é feito de forma paritária. Ato contínuo, o Conselheiro Jefferson Cruz Acácio inferiu que a especificidade das crianças e adolescentes é um tema muito caro para o Conanda, pois é pensado um futuro se existe um cuidado com as crianças e adolescentes. Após, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira considerou que deve haver um diálogo tranquilo, pois o que importa é a Política de Proteção das Crianças e Adolescentes, algo que foi obtido através de muito esforço por parte da Sociedade Civil, então, sem ela não haveria o ECA. Seguidamente, os conselheiros deliberaram que fosse realizada uma reunião e debate para montagem do novo cronograma do evento em comemoração dos 35 anos do ECA, sendo composto pelos seguintes partícipes: Mayara Silva de Souza (SNDCA), Marina de Pol Poniwas (CFP), Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura) e Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP). Adiante, passou-se ao item: Relato da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF. Aberto às considerações, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger sugeriu que na ação relacionada às taxas bancárias, que possa ser informado o Conselho de Fomento e Colaboração, que é quem rege a Lei nº 13.019, pedindo que ele fortaleça a ação do Conanda. Posteriormente, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves inferiu que dentro da discussão sobre o planejamento do Conanda, existe a contratação de um profissional de comunicação, para operar várias ações, como as questões relacionadas às campanhas e redes sociais, sendo assim questionou qual é o andamento desta demanda. Em resposta, foi posto que ocorreu em fevereiro foi realizado o informe acerca do início do processo de escolha dos dois consultores, um para a CDHP e outro de comunicação para a CMF. No entanto, foi observado que seriam avaliadas as entrevistas que já haviam sido feitas, para que houvesse uma escolha a partir disso. Foi encaminhado uma solicitação à comissão, pois não foi possível abrir os arquivos das entrevistas que foram disponibilizados aos conselheiros. Sendo assim, o Conanda está apenas aguardando esse posicionamento e recebimento do relatório com as informações para que possa se posicionar. Em complementação, a Conselheira Mayara Silva de Souza informou que como esse procedimento de seleção de consultor está dentro de um acordo de cooperação, existe uma Agência Internacional que tem um processo seletivo que segue o regramento próprio dos PRODOC's. Em seguida, foram propostos os seguintes encaminhamentos: 1. Informação sobre o modelo de inventário, ofício aos estados com as orientações necessárias sobre o UGT de atualização da 137; 2. Resposta ao ofício circular para os Conselhos Estaduais e Confoco sobre a tarifa bancária em contas específicas de OSC's e de ofício ao Banco Central para que seja reforçado o conteúdo acerca da legislação; 3. Apresentação da agenda transversal. Ato contínuo, a Conselheira Marina de Pol Poniwas inferiu que gostaria de consultar os conselheiros pois na reunião da Mesa Diretora foi deliberado que a Presidente e a Vice-Presidente fariam uma reunião preliminar com a CGU para conversar acerca da temática e deixaria para a Assembleia de julho a criação do GT

para construção da atualização da Resolução nº 137. Após, a Conselheira Débora Cristina dos Reis Costa solicitou que ocorra a dilação de prazo, se houver a possibilidade, pois a finalização dos trabalhos do GT será realizada até novembro de 2025, visto que a referida resolução possui muitas demandas que precisam ser observadas com cautela e técnica para que seja feito da melhor forma possível. Não havendo mais deliberações, os encaminhamentos foram aprovados pelos conselheiros presentes. Seguidamente, passou-se ao item: Grupo Temático de Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes das Comunidades Terapêuticas e Instituições congêneres. Aberto as considerações, o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos inferiu que desejava declinar da relatoria do referido Grupo de Trabalho, pois devido a razões pessoais e íntimas, não tem conseguido contribuir da devida forma. Sendo assim, os conselheiros presentes deliberaram e decidiram pelo nome da Conselheira Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida) para assumir a relatoria, em substituição ao Conselheiro Carlos Frederico dos Santos. Como encaminhamentos, foram pautadas as seguintes propostas: 1. Incluir o Senhor Archimedes no Grupo de Trabalho, pois já participou algumas vezes e contribuiu de forma positiva e relevante; 2. Retomar a conversa com o Senhor Pedro para propor um possível Acordo de Cooperação Técnica; 3. Criação de um Painel de Monitoramento e Acompanhamento do envio e recebimento das respostas dos ofícios do Conanda, que será realizada em uma pasta separada, compartilhada com todos os conselheiros, membros do GT; 4. Entrar em contato com a equipe do Conselho Nacional de Justiça para entender se já teria alguma perspectiva acerca das tratativas pontuadas no Grupo de Trabalho. Adiante, a Conselheira Nayara Karin Falcão de Oliveira ressaltou a preocupação com alguns marcadores de gênero e raça, e a sugeriu que isso possa ser ampliado para todos os marcadores sociais da diferença, que mesmo assim ainda são descobertos à medida que vão se apropriando mais das vulnerabilidades, mas que é sabido que envolvem gênero, deficiência, raça, etnia, populações ribeirinhas, quilombolas, povos tradicionais, faixa etária, religião, LGBTQIAPN+, pois quanto mais especificar a interseccionalidade como prioridade, haverá a descoberta do atual cenário. Não havendo mais deliberações, os encaminhamentos foram aprovados pelos conselheiros presentes, com uma abstenção do Conselheiro Carlos Frederico dos Santos. Posteriormente, os conselheiros fizeram a apresentação da nova proposta de cronograma para comemoração dos 35 anos do ECA. A Conselheira Natalete Oliveira da Silva registrou que diante das discussões que foram realizadas, o grupo se reuniu, de forma paritária, e após alguns minutos conseguiram chegar a um consenso acerca da proposta. Em seguida, o Conselheiro Carlos Frederico dos Santos reforçou que seria muito importante que a propaganda institucional do Governo Federal privilegiasse os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois existem pontos dentro do ECA os quais a sociedade ainda não conhece ou não tem o entendimento. Ato contínuo, a Conselheira Ana Claudia Cifali sugeriu que, em algum momento do evento, que possa ser organizado para que os adolescentes do CPA possam fazer a escuta da Campeã da Juventude. Após, a Conselheira Marina de Pol Poniwas acrescentou como uma tarefa para todas as comissões do Conanda, em suas respectivas reuniões, que possam pautar a temática dos 35 anos do ECA. Pensando, talvez, em uma Assembleia conjunta com os Conselhos Estaduais, e que sejam enviados os encaminhamentos para a Secretaria Executiva deliberar com a Mesa Diretora. Seguidamente, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves colocou a FENAJ à disposição para auxiliar com as matérias, vídeos, releases, fotos e afins referentes ao evento de comemoração do Estatuto. Posto em regime de votação, a Jornada do ECA foi

aprovada à unanimidade por todos os conselheiros presentes. Adiante, a Conselheira Marina de Pol Poniwas inferiu, acerca da compra das passagens, que foi encaminhada uma pauta para a COF, no sentido de que seja feita uma consulta aos conselheiros para saber sobre suas participações nas próximas Assembleias até o mês de novembro de 2025. Posteriormente, foi pautada a alteração no Grupo de Trabalho que está tratando da Resolução 263 de 2025, que institui o Grupo Temático para elaborar o guia e materiais educativos com base na Resolução do Conanda que fala sobre as crianças e adolescentes migrantes. Com a palavra, a Conselheira Mayara Silva de Souza explicou que no momento de instituição do GT, foi colocada como Coordenadora e o Senhor Sérgio Marques como relator. Porém, inferiu que existe o entendimento de que quem é suplente não pode realizar a coordenação do GT. Sendo assim, é necessário a substituição da coordenação para que possa continuar no Grupo de Trabalho, podendo contribuir de forma positiva. Em complementação a Conselheira Marina de Pol Poniwas propôs que a Coordenação do GT possa ficar com o Governo e a relatoria será da Sociedade Civil. Então, fez a indicação do Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ) para a relatoria; e o Governo será consultado para verificar sua indicação. Em seguida, a Conselheira Ana Claudia Cifali fez um breve relato da participação do Grupo da Secretaria Nacional de Juventude. Não havendo mais nenhuma apreciação a ser feita, a Conselheira Marina de Pol Poniwas declarou encerrado o primeiro dia da 337ª Assembleia Ordinária do Conanda.

Dia 12/06/2025 - Abertura da 337ª Assembleia Ordinária do Conanda A Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva iniciou o segundo dia da assembleia cumprimentando a todos os presentes. Seguidamente, foi realizada a verificação do quórum e aprovação da pauta. Adiante, passou-se ao item: Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas. Como encaminhamentos foram propostos os seguintes pontos: 1. Será realizada a elaboração, em conjunto com a CMF, de duas resoluções, uma para registro das instituições e outra para a inscrição do Programa de Aprendizagem, com a inclusão de um kit e vídeo explicativo que contenha as resoluções e demais normas relacionadas. Posteriormente, a Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes ponderou, a título de contribuição, que quando foi pensada a questão relacionada a revisão das duas resoluções, é para que haja a inscrição de outras entidades que realizam outro tipo de atividade para além da aprendizagem. Considerou também que após a aprovação das resoluções, que possa ser realizado um treinamento, para esclarecimento e organização das informações, bem como tirar dúvidas dos conselhos. Em seguida, a Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti parabenizou a relatoria do grupo e pelas informações apresentadas. Pontuou, acerca da questão relacionada à ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade, que se refere à Resolução do Conselho Federal de Medicina, que a CPP, junto à CDHP, fez a realização de uma Nota Técnica e que ela seria muito boa para se posicionar acerca da referida ação. Finalizou solicitando que seja realizada uma votação para que a Nota Técnica seja publicizada e colocada à disposição no site do Conanda, assim como outras notas que foram produzidas pelo Colegiado. Ato contínuo, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva sugeriu, como encaminhamento, que a referida Nota Técnica seja encaminhada aos conselheiros, pois nem todos tomaram ciência de seu conteúdo, e depois seja tomada a decisão de ser publicada ou não. Após, uma das partícipes ressaltou que é importante haver uma outra abordagem acerca dos direitos sexuais reprodutivos, assim como foi pontuado. Sendo assim, propôs que seja realizada a revisão do plano pensando em estratégias e ações intersetoriais, para que se tenha um bom Plano Nacional de Prevenção da Gravidez na

Adolescência. Seguidamente, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim ponderou que é necessário ter consciência e entender que o processo da 10.639 deve ser atualizado, pois não há justificativa para dizer que as prefeituras não conseguem implantar a Lei em seus territórios. Adiante, o Conselheiro Ricardo Washington Moraes de Melo ressaltou que é importante dizer que a legislação brasileira é referência, mas falta sua efetivação. Também pontuou que é necessário convidar a Cúpula dos Povos, que é uma programação em que a Sociedade Civil está articulando, pois tem vários eventos dentro do Brasil. Posteriormente, a Conselheira Ana Claudia Cifali reforçou sobre a grande oportunidade que existe a partir das recomendações que foram feitas ao Brasil pela ONU. Ponderou também da liderança importante dentro do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, bem como a recomendação instando o Estado-Parte a estabelecer um órgão apropriado em alto nível, interministerial, com mandato claro e autoridade suficiente para coordenar as atividades relacionadas à implementação da Convenção. Em seguida, a Conselheira Marina de Pol Poniwas pontuou sobre uma recomendação da ONU sobre a proteção de ativistas. Ressaltou que já foi solicitado, não só por ela, mas por vários companheiros da Campanha “Criança não é mãe”, que o Governo adote medidas para sua proteção, pois inferiu que está sofrendo violência política de gênero em diversos espaços, inclusive dentro do Conanda. Considerou que esse movimento foi realizado depois do vazamento de informações acerca da Resolução 258 do Conanda, e medidas precisam ser tomadas em relação a essa situação. Finalizou solicitando que todas as comissões possam se debruçar sobre as recomendações que foram solicitadas pela ONU, pois é importante que isso faça parte das próximas reuniões do Colegiado. Ato contínuo, a Presidente Maria do Pilar Lacerda A. e Silva pontuou que a acusação feita pela Conselheira Marina de Pol Poniwas é muito grave, sendo assim são necessárias provas para que o conselho possa dar andamento à denúncia. Como encaminhamento, a Conselheira Débora Cristina dos Reis Costa propôs, que diante de todos os fatos narrados e dados apresentados, relatórios e recomendações da ONU, é importante verificar qual é o papel do Conanda. Ressaltou que está em um processo de elaboração dos planos decenais, tanto nacional quanto socioeducativo, de enfrentamento à violência, sendo assim, é uma grande oportunidade de trazer as recomendações e articular com os estados e municípios. Finalizou propondo que todas as informações do relatório fossem aproveitadas na Comissão de Políticas Públicas e fossem desenhadas diretrizes a partir daí. Após, a Conselheira Marina de Pol Poniwas inferiu que a Mesa Diretora combinou de encaminhar o relatório para que a CPP possa elaborar uma resolução tratando sobre o acompanhamento e monitoramento dos planos e que possa trazer para que a assembleia tome conhecimento e aprove. Em complementação, a Conselheira Ana Claudia Cifali sugeriu que possa ser realizado um debate na assembleia com as pesquisas e a CKD, para que seja pontuado um diagnóstico acerca da questão e que possa ter um GT com objetivo concreto. Seguidamente, em regime de votação, os conselheiros presentes, menos a Conselheira Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo, aprovaram a solicitação de que haja um debate na próxima Assembleia do Conanda e que seja criado um GT. Adiante, a Conselheira Elizabete Terezinha Silva Rosa fez inferências acerca do Grupo de Trabalho sobre as Diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Considerou que foram recebidas várias contribuições, de diversos segmentos e lugares, com pessoas especialistas e observações bastante importantes, e que serão encaminhadas, em forma de relatório, aos conselheiros para ciência. Seguidamente, foi realizada a leitura da minuta de

resolução que dispõe sobre as diretrizes para a formulação e a implementação e monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente e dá outras providências. Como encaminhamento, os conselheiros solicitaram que fosse realizada uma revisão no texto, e onde apareçam as palavras 'Rede de Proteção' e 'Rede de Cuidados', que sejam substituídas por 'Sistema de Garantia de Direitos'; bem como que seja especificado o que cada sigla dentro da redação significa. Em regime de votação, e não havendo mais considerações ou deliberações, os conselheiros presentes aprovaram a Resolução nº 265 à unanimidade. Adiante, a seguiu-se ao item: Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP. Aberto as considerações, o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves sugeriu que para o mês de novembro, momento onde todos os conselhos comemoram o Dia do conselheiro Tutelar, que possa fazer um convite para os Representantes do Fórum Nacional dos Conselheiros Tutelares que entre na pauta da Assembleia do Conanda de novembro, fazendo uma fala sobre a situação que tem ocorrido nos Conselhos tutelares do Brasil. Posteriormente, a Conselheira Marina de Pol Poniwas pontuou que estão trabalhando no texto de uma resolução que tem como objetivo reconhecer a violência vicária como forma de violação de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, ressaltando a instrumentalização da criança para atingir a mãe, o que caracteriza violência psicológica e de gênero, ainda que a Lei de Alienação Parental não tenha sido revogada é urgente que o Conanda se posicione. Como encaminhamentos, foram propostos os seguintes pontos: 1. Nota do Conanda sobre os 10 anos da chacina de poção, refletindo sobre os impactos das violações dos direitos dos Conselheiros Tutelares; 2. Que o Conanda possa ter acesso ao Parecer Jurídico que foi citado pela Graziela, do FCNCT, para iniciar um processo de revisão, considerando as experiências e as violações enfrentadas pelos Conselheiros Tutelares; 3. Recomendação Conjunta do FDCA, FCNCT, MDHC e Conanda; 4. Reunião Presencial da CDHP, em Boa Vista, com visita às fronteiras; 5. Emissão de ofício do Conanda para questionar os órgãos sobre as providências que estão sendo tomadas com relação à denúncia encaminhada pela Ouvidoria no Processo 00135.214135/2025-91; 6. Solicitar, oficialmente, o relatório da visita da Comissão de Direitos Humanos do Senado à fronteira e ao território Yanomami, liderada pela Senadora Damares Alves; 7. Encaminhar a situação ao Ministério Público Federal, para ciência e possível atuação diante da ausência de respostas e da gravidade dos fatos relacionados ao Povo Yanomami; 8. Redigir uma Nota Oficial do Conanda sobre a situação das medidas cautelares no Ceará, para apreciação na próxima assembleia. Não havendo mais nenhuma apreciação a ser feita, a Conselheira Marina de Pol Poniwas declarou encerrado o segundo dia da 337ª Assembleia Ordinária do Conanda.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, lavrei esta Ata

Assinatura eletrônica

VERENA MARTINS DE CARVALHO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

